

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.243.879 - SP
(2018/0019381-0)**

EMBARGANTE : CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA
ADVOGADOS : SELMA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA - SP071884
VERA LUCIA PINHEIRO CARDOSO DIAS E OUTRO(S) -
SP102398
DANIELLA DI CUNTO ALONSO MUNHOZ - SP138089
MIRIAM DE FÁTIMA YOSHIDA - SP183179
MARCIO CALHEIROS DO NASCIMENTO - SP239384
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CARLOS JOSÉ TEIXEIRA DE TOLEDO E OUTRO(S) -
SP114625
INTERES. : COORDENADOR DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO
PAULO

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA em face da decisão monocrática de fls. 489-495, a qual conheceu do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo.

Na origem, trata-se mandado de segurança impetrado pelo Centro do Professorado Paulista contra ato atribuído ao Coordenador de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, objetivando, em síntese, a obtenção por seus associados, servidores readaptados da Educação, da Certidão de Liquidação de Tempo de Serviço para fins de concessão da aposentadoria especial do magistério. Deu-se, à causa, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Após sentença que concedeu a segurança pleiteada, foi interposta apelação, a qual foi desprovida pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO negou provimento à remessa necessária e à apelação da União, consignando que o direito ao cômputo do tempo de serviço exercido para aposentadoria especial se estende ao professor readaptado.

O referido acórdão ficou assim ementado, *verbis*:

RECURSO DE APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
COLETIVO.

1. PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR.

Preliminar de Legitimidade Ativa afastada. Entidade de classe que prescinde de autorização expressa para defesa de seus associados no âmbito de mandado de segurança coletivo. Inteligência do disposto no art. 21 da Lei

nº 12.016/09.

2. ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROFESSOR READAPTADO.

Direito ao cômputo do tempo exercido para aposentadoria especial que se estende ao professor readaptado. Funções exercidas fora da sala de aula que também se reconhece como função de magistério, desde que desempenhadas em unidade de ensino. Desnecessidade de laudo técnico a comprovar a natureza da função exercida, adoção do princípio da isonomia, professor readaptado que não deixa de ser professor, somente por não mais desenvolver atividade em sala de aula. Precedentes dos Tribunais Superiores.

3. SENTENÇA MANTIDA.

Aplicação do disposto no art. 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça. Recurso Desprovido.

Não foram opostos embargos declaratórios.

Interposto recurso especial pela Fazenda do Estado de São Paulo, este foi parcialmente provido ao fundamento de que não restou comprovado de plano que os substuídos exercem ou exerceram as funções de direção de unidade escolar ou as de coordenação e assessoramento pedagógico (fls. 489-495).

Foram opostos embargos declaratórios pelo Centro do Professorado Paulista, em que apontou-se erro material na decisão acima mencionada nos seguintes termos, *litteris*:

Diferentemente, o Mandado de Segurança Coletivo tem por objetivo assegurar aos seus associados, docentes readaptados que atuam “dentro dos muros da escola”, o redutor de 05 (cinco) anos contido no artigo 40, §5º, CF, para fins de aposentadoria especial do magistério, direito este violado após a veiculação do correio eletrônico de 20/08/12, constando instrução da autoridade impetrada sobre a matéria, com cópia que foi anexa à inicial e se encontra à fl. 61 dos autos. (fl. 500)

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não merece acolhimento presente pedido.

Com efeito, verifica-se que discute-se a possibilidade de cômputo de tempo especial para fins de concessão da aposentadoria especial do magistério aos professores readaptados, com a aplicação do redutor previsto no

art. 40, § 5º, da CF/88.

Todavia, embora a jurisprudência desta Corte Superior, em observância ao entendimento do STF declinado na ADIn 3.772/DF, reconhece a natureza especial do trabalho de professores que exercem funções administrativas, tal reconhecimento restringe-se às funções de direção de unidade de ensino, coordenação e assessoramento pedagógico, excluídas, portanto, as funções de secretaria, não existindo qualquer ressalva aos professores readaptados.

Nesse sentido:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE MANEJADA CONTRA O ART. 1º DA LEI FEDERAL 11.301/2006, QUE ACRESCENTOU O § 2º AO ART. 67 DA LEI 9.394/1996. CARREIRA DE MAGISTÉRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL PARA OS EXERCENTES DE FUNÇÕES DE DIREÇÃO, COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 40, § 5º, E 201, § 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INOCORRÊNCIA. ACÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE, COM INTERPRETAÇÃO CONFORME.

I - A função de magistério não se circunscreve apenas ao trabalho em sala de aula, abrangendo também a preparação de aulas, a correção de provas, o atendimento aos pais e alunos, a coordenação e o assessoramento pedagógico e, ainda, a direção de unidade escolar.

II - As funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico integram a carreira do magistério, desde que exercidos, em estabelecimentos de ensino básico, por professores de carreira, excluídos os especialistas em educação, fazendo jus aqueles que as desempenham ao regime especial de aposentadoria estabelecido nos arts. 40, § 5º, e 201, § 8º, da Constituição Federal.

III - Ação direta julgada parcialmente procedente, com interpretação conforme, nos termos supra. (STF, ADI 3.772, Relator p/ Acórdão Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, DJe 27/03/2009, REPUBLICAÇÃO DJe 29/10/2009).

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. APOSENTADORIA ESPECIAL. CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO COMO CHEFE DE SECRETARIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DE EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE ASSESSORAMENTO OU COORDENAÇÃO.

1. Hipótese em que a recorrente informa ter sido aprovada no concurso público para o cargo de professora. Aduz que o cargo de chefe de secretaria era exercido pelos professores, pois inexistia carreira administrativa para ocupar essa função. Requer a concessão da segurança com o fim de lhe reconhecer o direito de computar o período de labor no exercício do cargo de chefe de secretaria para fins de aposentadoria especial.

2. O Superior de Tribunal de Justiça tem se alinhado à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e decidido que a função de magistério abrange não só o trabalho em sala de aula, como também a preparação de aulas, a correção de provas, o atendimento a pais e alunos, a coordenação e o

assessoramento pedagógico e a direção de unidade escolar, desde que exercidos, em estabelecimentos de ensino básico, por professores de carreira, excluídos os especialistas em educação.

3. No caso, a recorrente exerceu a função de chefe de secretaria, não comprovando, contudo, ter exercido as funções de direção de unidade escolar ou as de coordenação e assessoramento pedagógico. É certo que apenas a nomenclatura do cargo não deve ser considerada para aferir se a impetrante exercia ou não apenas função burocrática. Ocorre que, ainda que se afaste a observância da nomenclatura do cargo, a impetrante não comprovou por meio de prova pré-constituída que laborou em coordenação ou assessoramento pedagógica, tampouco na direção de unidade escolar.

4. Recurso Ordinário não provido. (RMS 52.954/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 18/04/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR. CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO EXCLUSIVAMENTE PRESTADO EM EFETIVO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO, MESMO QUE FORA DA SALA DE AULA. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NO JULGAMENTO DA ADI N. 3.772/DF PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO INCLUÍDA, ENTRETANTO, A ATIVIDADE DE "RESPONSÁVEL POR BIBLIOTECA". DECISÃO MONOCRÁTICA FUNDAMENTADA EM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Constituição de 1988, cujo art. 40, III, b, em sua redação original, dispunha que o servidor seria aposentado voluntariamente aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais.

A partir da Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998, a aposentadoria especial passou a ser devida ao professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

2. É certo que, em sessão plenária realizada no dia 26 de novembro de 2003, no STF, foi aprovada a Súmula n. 726, do seguinte teor: "Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula." No entanto, em 29 de outubro de 2008, no julgamento da ADI n. 3772/DF (Rel. p/ acórdão Min. Ricardo Lewandowski, DJe 27.3.2009), o Supremo Tribunal Federal, por maioria, decidiu que as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico integram a carreira do magistério, desde que exercidos, em estabelecimentos de ensino básico, por professores de carreira, excluídos os especialistas em educação, fazendo jus aqueles que as desempenham ao regime especial de aposentadoria estabelecido nos arts. 40, § 4º, e 201, § 1º, da atual Constituição.

3. Na petição inicial, a professora entende que deveriam ser computados os períodos prestados como "responsável por biblioteca".

Entretanto, a ADI n. 3.772 não abarca a atividade em questão de "responsável por biblioteca".

4. A decisão monocrática ora agravada baseou-se em jurisprudência do STJ, razão pela qual não merece reforma.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no RMS 41.701/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2014).

No mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.647.895/SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 01.10.2019; AREsp 1.082.435/RS, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 09.11.2018; REsp 1.501.385/SC, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia, DJe 16.10.2018; e REsp 1.645.990/SC, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 14.11.2017.

Assim, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador, que enfrentou todas as questões pertinentes sobre os pedidos formulados.

Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração, com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia.

No mesmo diapasão, destacam-se:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. OFENSA AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ICMS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. TRANSPORTE DE MERCADORIAS CUJA DESTINAÇÃO FINAL É A EXPORTAÇÃO. ART. 3º, II, DA LC N. 87/1996. DIREITO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte, a Primeira Seção, no julgamento do EREsp 710.260/RO, asseverou que a isenção prevista no art. 3º, II, da LC n. 87/1996 alcançaria além das operações que destinam mercadorias diretamente ao exterior, como também àquelas outras que integram todo o processo de exportação, como o transporte interestadual.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1323892/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. REQUISITOS PARA RECONHECER A OMISSÃO. QUESTÃO NÃO RELEVANTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 485, V, DO CPC/73. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ARTIGO NÃO INDICADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Para configurar omissão, é necessária a presença cumulativa dos seguintes requisitos: a) o Tribunal de origem não tenha se pronunciado sobre o

Superior Tribunal de Justiça

tema; b) tenham sido opostos embargos de declaração; c) tenha sido a questão levantada nas razões ou contrarrazões do agravo de instrumento ou da apelação; e d) seja relevante para o deslinde da controvérsia.

2. Ausente relevância, à luz do caso concreto, da matéria tida por não apreciada, afasta-se a alegada omissão.

3. A suposta violação ao art. 485, V, do CPC/73, por violação a literal dispositivo de lei, exige seja declinado no recurso especial especificamente qual o artigo de lei que supostamente daria azo à rescisória, sob pena de deficiência na fundamentação, a ensejar a incidência da Súmula nº 284/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.498.690/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017).

Assim, rejeitos os embargos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator